

13 SET. 2023



ESTADO DE RONDÔNIA
PODER EXECUTIVO MUNICIPAL
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO FRANCISCO DO GUAPORÉ
GABINETE DO PREFEITO

Doc. Recebido
às _____ horas
Ass. Gilson da Silva Paulino
SECRETÁRIO LEGISLATIVO

09
Veto Municipal nº ~~003~~/2023
Projeto de Lei nº 151/2023
Mensagem do veto



Excelentíssimo Senhor Presidente,

O prazo legal de 15 dias pra apresentação do presente veto está devidamente respeitado, pois nos dizeres do art. 66, §1º da LOM, temos o seguinte:

“§1º - Se o Prefeito considerar o Projeto, no todo ou em parte, inconstitucional ou contrário ao interesse público, vetá-lo-á total ou parcialmente no prazo de 15 (quinze) dias úteis contados da data do recebimento...”

Quanto a matéria legislativa posto a baila temos o seguinte:

É o presente para dirigir a **Vossa Excelência** para comunicar o recebimento do projeto de lei com a seguinte ementa:

Art. 1º. Altera o inciso II do §2º, do art. 6º da lei Municipal nº 1.611/2019, que passa a vigorar com a seguinte redação:

“II – Vacância, por renúncia, destituição ou perda da função, férias, falecimento ou outras hipóteses de afastamento definitivo.”

Art. 2º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

A autoria do projeto de lei nº 151/2023 é do nobre Vereador **Alan Francisco Siqueira**.

Em que pese a boa iniciativa do vereador com propositura de matéria legislativa, o Executivo não pode sancionar o referido projeto no formato que foi proposto, pois há **vício de iniciativa**, pois o projeto demandará despesa ao Executivo. Nesse caso, pela regra constitucional tem um fator limitador, nos termos do art. 63, inciso I, da Constituição Federal, pelo princípio da simetria – ou **norma central de repetição obrigatórias**.

Com dito, há visível vício de iniciativa, pois o seu aparelhamento demanda despesa para sua implementação. Logo, é de competência do Executivo Municipal encaminhar projeto que depende despesa em seu orçamento, inclusive já estão devidamente planejadas nas diretrizes e orçamento municipal.

Como se não bastasse, no pacto federativo celebrado na Constituição Federal de 05/10/1988 deixou claro em estabelecer a **independência entre poderes**.

Reafirma-se, a alteração proposta pelo legislativo ao considerar como vacância os casos estabelecidos no art. 1º do projeto de lei nº 151/20213 (por renúncia,





ESTADO DE RONDÔNIA
PODER EXECUTIVO MUNICIPAL
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO FRANCISCO DO GUAPORÉ
GABINETE DO PREFEITO



destituição ou perda da função, férias, falecimento ou outras hipóteses de afastamento definitivo) gerará despesa para o Executivo, pois se considerarmos a alteração legislativa, abrirá margem na própria lei municipal nº 1.611/2019 em incidir no pagamento de plantões extras, como ensino art. 12, inciso VII da referida norma, gratificação por plantão extra em caso de vacância.

Portanto, o intuito da norma jurídica proposta ora enfrentada, colide frontalmente com o ordenamento jurídico pátrio, tendo em vista haver chapado vício de iniciativa.

Pelo exposto, vejo-me compelido a vetar integralmente o Projeto de Lei n.º 151/2023, por motivos de **conveniência e de oportunidade**, em razão dos vícios de inconstitucionalidade e de ilegalidade que o maculam.

Aproveito o ensejo para reiterar a **Vossa Excelência** meus protestos de alta estima e distinta consideração.

São Francisco do Guaporé, RO., 13 de setembro de 2023.


Alcino Bilac Machado
Prefeito Municipal

